

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

Ribeiro Francisco, Flávio Thales

Estudios del ISHiR, 20, 2018, pp.35-52. ISSN 2250-4397

Investigaciones Socio Históricas Regionales, Unidad Ejecutora en Red – CONICET

<http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR>

Dossier

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

Ribeiro Francisco, Flávio Thales (Universidad Federal do ABC, Brasil)

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o debate historiográfico sobre a presença dos negros na República brasileira. Os estudos sobre a questão racial e os movimentos negros no Brasil estão ligados profundamente à produção historiográfica sobre a escravidão. Assim, o debate sobre o pós-abolição no Brasil se inicia com a identificação dos elementos da sociedade escravocrata que determinaram a marginalização da população negra ao longo do século XX. Aqui discutiremos o modo como foram tratados o processo de formação de uma hierarquia racial após a abolição e a ascensão dos movimentos negros no Brasil pelos historiadores e estudiosos das ciências sociais.

Palavras-chave: História; República brasileira; Hierarquia racial; Movimentos negros

From second abolition to the end of brazilian racial democracy: historical interpretations of the presence of blacks in republican brazilian history

Abstract

This article aims to present the historical debate on the experiences of Afro-Brazilians in the Brazilian republic. The studies on racial matters and the black movements in Brazil are deeply connected to the historical researches on slavery. Thus, the debate on post-abolition period in Brazil began with the identification of the elements of slavery that underpinned the marginalization of Black population over the Twentieth Century. We will discuss how Brazilian historians and scholars from different fields of the Social Sciences approached the formation of a racial hierarchy after the abolition and the rise of the black political organizations.

Keywords: History; Brazilian Republic; Racial Hierarchy; Black Movements

Introdução

No ano de 1929, o jornal *O Clarim da Alvorada*, um jornal conhecido entre militantes e intelectuais negros de São Paulo, publicou um artigo de um de seus tradicionais colaboradores. Gervásio de Moraes, figura marcante nos clubes sociais negros, fazia uma crítica contundente à República Brasileira. Diferentemente de seus colegas de periódico, o articulista fazia o diagnóstico

de que o período republicano havia sido marcado pela “decadência” dos negros brasileiros. Nessa nova era, iniciada com a constituição de 1891, segundo Moraes¹, os negros foram marginalizados porque os imigrantes europeus haviam ocupado o lugar de mão de obra, tradicionalmente desempenhado pelos escravos e seus descendentes. Moraes, assim como o ativista e jornalista José Correia Leite, refutava a narrativa comum nos jornais da imprensa negra que circularam entre 1920 e 1930 que atribuíam as causas da situação dos negros à incapacidade dos próprios em compreenderem a novas relações de trabalho e o processo de modernização pelo qual passava a sociedade brasileira.

Gervásio de Moraes questionava todos os “governantes da República” e exigia políticas que promovessem o progresso da população negra. A possibilidades de ascensão em uma ordem social orientada pelo esforço individual travava diante dos inúmeros “atos de preconceito de cor” que inviabilizavam a ascensão de “notáveis profissionais negros”. Para Gervásio de Moraes, José Correia Leite, e outros ativistas que posteriormente seguiriam a mesma linha de raciocínio, um projeto abolicionista que encaminharia a inclusão dos negros havia sido abortado pelos republicanos. O papel das lideranças negras do período era a de reorganizar uma “segunda abolição”, concluindo a “missão de Luis Gama e José do Patrocínio” concebida durante o Império.

Para os intelectuais negros que atuaram através da imprensa, a condição de subalternidade dos negros não era uma mera consequência da escravidão. A instauração da República Velha foi considerada não somente a derrubada do Império, mas um golpe sobre o abolicionismo. O projeto de embranquecimento da nação, testemunhado por essa primeira geração dos movimentos negros brasileiros, se configurava nas práticas discriminatórias cotidianas do mercado de trabalho que se estruturava nos grandes centros urbanos. As camadas populares de mulatos e negros brasileiros, que não tinham um canal de expressão como a imprensa, foram obrigadas a enfrentar também as forças policiais que perseguiram as expressões culturais de matrizes africanas. Os primeiros anos da República estiveram longe de representar a “ordem e progresso” - lema dos positivistas que foi reproduzido na nova bandeira brasileira. Entre os textos publicados nos jornais da modesta imprensa negra da cidade de São Paulo, as lideranças negras utilizavam termos como “decadência” para retratar o período.

Essa percepção sobre os limites do abolicionismo brasileiro se transformou em tema da historiografia brasileira somente a partir da década de 1980. A produção acadêmica que jogava luz sobre as experiências negras no Brasil estava focada na escravidão, sobretudo em análises da formação de uma sociedade escravocrata. Os estudos históricos, de certa forma, dialogavam com as obras dos “intérpretes do Brasil”, que procuravam explicar a influência

¹Clarim da Alvorada. 3 de março de 1929. P. 1.

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

da escravidão na economia ou nas dinâmicas sociais.² Assim, os registros do cotidiano de escravos ou de negros libertos e livres estavam inseridos em narrativas que enfatizavam as singularidades do Brasil na modernidade. O foco, portanto, não era as experiências políticas de africanos e seus descendentes, mas a origem de um patriarcado orientado por um legado ibérico que revelava, dependendo da perspectiva do autor, aspectos positivos e negativos da sociedade brasileira.

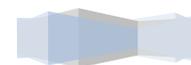
Entre a escravidão e o pós-abolição

A obra *Casa Grande & Senzala* (2006 [1933]), do sociólogo Gilberto Freyre, representa bem a produção dos intérpretes na década de 1930. O intelectual brasileiro, com grande parte de sua formação nos Estados Unidos, ressaltou a formação singular da sociedade brasileira, em uma interpretação que afirma um equilíbrio de antagonismos entre senhor e escravo, branco e negro, homem e mulher e casa-grande e senzala, que foram atenuados em um processo acentuado de miscigenação. A partir das contradições da sociedade colonial, Freyre comparou o Brasil aos Estados Unidos, redimindo a miscigenação e definindo-a como elemento estruturante da população brasileira. A obra não deixou de retratar a violência da escravidão, mas foi interpretada como uma narrativa fundacional do mito da democracia racial brasileira. Através de sua obra, Freyre possibilitou a celebração da “mistura de raças”, até então uma mácula para muitos intelectuais brasileiros que questionavam melancolicamente a maioria não branca da sociedade brasileira.

No debate sobre a escravidão brasileira, a partir das décadas de 1960 e 70, já em um processo de institucionalização da produção acadêmica nos campos da História e das Ciências Sociais, surgiram novas interpretações sobre a escravidão e as relações raciais no Brasil. Autores como Florestan Fernandes (2008 [1965]), Emilia Viotti (2012 [1966]), Fernando Henrique Cardoso (1967) e Otávio Ianni (1998 [1962]) retomaram o tema da escravidão em uma outra perspectiva, refutando leituras consolidadas sobre o excepcionalismo das relações raciais brasileiras, até então compreendidas como harmoniosas em comparação ao padrão anglo-saxônico. A sociedade brasileira, na perspectiva desses autores, sofria com o legado da escravidão, que determinava a subalternidade da população negra. Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes* (2008 [1965]), tratou do preconceito de cor e das barreiras que comprometiam a ascensão social dos negros no período pós-abolição, desconstruindo a narrativa de uma democracia racial concebida na relação entre a casa grande e a senzala.

Um aspecto importante da pesquisa de Fernandes, é a incorporação de comentários das lideranças negras que haviam organizado a imprensa negra na década de 1920 através de entrevistas, revelando a perspectiva daqueles

² O termo "Intérpretes do Brasil" faz referência aos estudos históricos e ensaísticos desenvolvidos por intelectuais como Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930.



que naquele período problematizavam o impacto do período republicano sobre a população negra. Entretanto Florestan Fernandes entendia que o período pós-emancipação, aqueles do período da Primeira República, reproduziam práticas do período escravocrata em um novo contexto. De acordo com a sua análise, a sociedade brasileira ainda não havia se livrado dos costumes do período da escravidão que passaram a criar barreiras para os cidadãos negros. O sociólogo, assim, retratou as contradições das relações sociais brasileiras, principalmente de São Paulo, que passava por um processo de modernização a partir da industrialização e da formação de um mercado de trabalho, que reforçavam a marginalização da população negra. Entretanto, Florestan acreditava que as práticas racistas, num processo de emergência do capitalismo, poderiam desaparecer. Para ele, o preconceito de cor fazia parte das relações escravistas e, à medida que a sociedade se modernizasse, o legado da escravidão perderia a sua funcionalidade.

Ainda que a geração de Florestan Fernandes tenha contribuído para abalar as bases que sustentavam o mito da “democracia racial brasileira”, ela não chegou a desenvolver a ideia de que o período pós-abolição criou uma nova hierarquia racial ou que novos arranjos recontextualizaram as desigualdades raciais em uma era de ascensão de uma sociedade capitalista. Contudo, as pesquisas do sociólogo, e do grupo de intelectuais envolvidos com o seu projeto, foram importantes como registros das experiências das populações negras nos anos da primeira República. Na historiografia brasileira, as narrativas de transição do trabalho escravo para o trabalho livre apagaram a participação dos negros enquanto agentes políticos no pós-abolição. Em obras como a de Edgar Carone (1989), por exemplo, as ações políticas das classes populares se revelavam sobretudo através de movimento operário que se articulava a partir da atuação de trabalhadores imigrantes. As análises sobre a política destacavam os movimentos institucionalizados, sem levar em consideração outros tipos de engajamento como o de intelectuais negros por meio da imprensa negra brasileira.

A historiografia que se debruçaria sobre as condições das populações negras durante o período republicano seria influenciada pela ascensão do Movimento Negro Contemporâneo. A geração que emerge durante a década de 1970, embalada pelo processo de independência dos países africanos e o Movimento pelos Direitos Civis, questionou os discursos da democracia racial brasileira e reforçou a denúncia do preconceito de cor no país. Diferentemente de gerações anteriores, trabalhou com a ideia de que no Brasil havia se estruturado um padrão de racismo que sistematicamente marginalizou os negros no período pós-abolição. A Princesa Isabel, que havia assinado a Lei Aurea que deu fim à escravidão, deixou de ser celebrada como uma das figuras associadas a liberdade dos negros no Brasil. Se as primeiras gerações elevaram a princesa a um dos símbolos do abolicionismo, os ativistas contemporâneos refutaram a ideia de uma liberdade dada e reforçaram a

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

atuação de quilombolas e escravos rebeldes no enfraquecimento do sistema escravista.

No ano de 1988, quando os brasileiros celebraram o centenário da abolição da escravidão no país, os órgãos oficiais do governo construíram uma narrativa da libertação dos escravos que enfatizava o período pós-abolição como início de uma democracia racial no Brasil. As lideranças negras, organizadas nas grandes cidades do país, entretanto, se manifestaram contra um discurso que desconsiderava a hierarquia racial brasileira. O evento que deveria comemorar o histórico de integração racial acabou se transformando em um movimento que abalou as bases do imaginário idílico das relações raciais no Brasil. A ideia de “farsa da abolição” foi um elemento comum na retórica da militância negra que enfatizou a resistência histórica da população negra. Nesse sentido, a imagem da Princesa Isabel, que representava uma comunhão racial brasileira, foi substituída pela figura de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares. As representações que envolviam as lutas quilombolas foram exploradas como contraponto à narrativa da democracia racial brasileira, evidenciando uma linha histórica da resistência negra da abolição até o período de redemocratização na década de 1980.

A articulação das organizações negras em 1988 foi muito bem-sucedida, possibilitando a construção das bases da Marcha para Zumbi, em 1995. A emergência do movimento negro como um importante ator político da democracia brasileira, assim como a ideia de “farsa da abolição”, instigou os estudos sobre as condições das populações negras no período republicano. A ênfase da historiografia brasileira sobre a escravidão explicava parcialmente a trajetória dos negros durante a República brasileira. Nesse sentido, era importante compreender o impacto das políticas de governo sobre as populações negras, as novas relações de trabalho e as respostas dos cidadãos negros de diferentes regiões do Brasil às práticas de discriminação informadas pela ideia de raça em voga na Primeira República.

Entre a escravidão e a liberdade

No debate sobre escravidão brasileira, acima citada, que teve importante participação da Escola Paulista de Sociologia, a denúncia dos horrores da escravidão aos quais estavam submetidos africanos e seus descendentes foi importante para desconstruir a representação de uma escravidão brasileira singular. Na perspectiva de pesquisadores como Florestan e Fernando Henrique Cardoso, as diferentes modalidades de violência da escravidão haviam afetado a capacidade dos libertos para participar de maneira efetiva de um universo marcado pela lógica do trabalho livre. Durante o período escravocrata, segundo Cardoso (1967), os escravos estavam na base da sociedade, presos numa condição sub-humana. Assim, não se concebiam enquanto homens e mulheres, revelando uma certa incapacidade para a organização política e a contestação da escravidão. Nesse contexto, se viam como “coisa”, a reação ao cativeiro não se manifestaria de forma organizada,

mas a partir de atos de desespero, prevalecendo a reação emocional sobre uma estratégia racional. A lógica da “coisificação”, de acordo com alguns estudos da Escola Paulista de Sociologia, se reproduziria também entre os negros no pós-abolição, comprometendo a inserção social.

Por outro lado, uma outra abordagem enfatizaria o caráter rebelde dos escravos, questionando qualquer tipo de passividade. Clóvis Moura, em sua obra *Rebeliões da Senzala* (1988 [1959]), destacou as insurreições escravas e as formações de quilombos, identificando nas duas ações aspectos revolucionários das populações negras. Moura não foi somente um intelectual, também atuou no PCB, a sua experiência política teve grande influência em sua perspectiva, a qual ressaltou o caráter de movimento social dos levantes escravos ao longo da história. Assim como os intelectuais da Escola Paulista de Sociologia, Moura questionava as representações que sustentavam o mito da democracia racial brasileira, confrontando o “bom escravo” com as práticas políticas do “escravo rebelde”. A sua produção circulou entre a militância que articulava as organizações negras contemporâneas, as rebeliões escravas descritas pelo historiador foram incorporadas ao discurso político dos ativistas que construía uma narrativa histórica da resistência negra.

As noções de “escravo coisa” e o “escravo rebelde” seriam diluídas na produção historiográfica do anos 80, que ressaltaria a complexidade das fronteiras entre cativo e liberdade. Historiadores como Sidney Chalhoub (1990) e Maria Helena Machado (1994) demonstraram, através da interpretação de ações de escravos nos tribunais, os diferentes significados de liberdade que iam além das insurreições e das formações de quilombos. A liberdade para os escravos poderia se traduzir na distância da tutela do senhor, na circulação sem restrições nas cidades, na constituição laços familiares sem a preocupação com a venda de um dos membros ou o acesso à terra. O historiador Sidney Chalhoub apontou para a capacidades dos escravos de interferirem na própria venda, reforçando o papel de sujeitos históricos. Nesse sentido, Chalhoub questiona principalmente a noção de escravo coisa que emerge na obra de Fernando Henrique Cardoso, sempre enfatizando a possibilidade de agência do escravo dentro do sistema escravista em detrimento de um escravo desumanizado e limitado pela violência do trabalho forçado.

Esse debate é importante pois se estende para o período pós-abolição e influencia a abordagem de pesquisadores que se debruçaram sobre as experiências dos libertos nos primeiros anos da Primeira República. No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, não houve nenhum grande projeto de integração dos ex-escravizados. Na historiografia tradicional, a transição da escravidão para o trabalho livre foi tratada de forma a privilegiar a formação de um operariado brasileiro, ignorando as estratégias de sobrevivência dos libertos que formariam uma mão de obra de segunda classe. As experiências dos trabalhadores no pós-abolição foram, em grande parte, analisadas pelos historiadores da escravidão, interessados na agência dos cidadãos negros em

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história republicana do Brasil

um momento de consolidação do trabalho livre. A partir de processos criminais, da história oral e jornais do período, os pesquisadores lançaram mão de metodologias sofisticadas para identificar a atuação dos libertos que procuravam afirmar a condição de trabalhadores livres frente às tentativas de ex-senhores de reestabelecer hierarquias semelhantes ao do período da escravidão.

Assim, a partir da década de 1990, as pesquisas passaram a destacar a trajetória de cidadãos negros nesse período de transição. Hebe Mattos (1995), por exemplo, procurou identificar as tensões entre os trabalhadores negros e os proprietários de terras, elucidando novos arranjos na relação entre os dois sujeitos. Mattos, por exemplo, demonstra as especificidades do pós-abolição no Vale do Paraíba. Nesta região, foi possível perceber a formação de laços de parentescos que se estenderam por três gerações ou mais, atenuando a mobilidade espacial dos libertos. Por outro lado, algumas famílias negras que evitaram certos termos de negociação com os proprietários de terras, circularam pela região ou se deslocaram para os grandes centros urbanos. Um aspecto importante ressaltado nessa perspectiva historiográfica foi a preocupação dos libertos em reorganizarem a família no período pós-abolição, como indica a grande quantidade de reconhecimento de paternidade nos cartórios. Tal fenômeno ajudava a confrontar a ideia de anomia da população negra difundida pela obra de Florestan Fernandes. O retrato de desestruturação das famílias negras a partir do abuso de álcool, assim como a falta de valorização do trabalho, prevaleceu sobre os registros de legalização dos laços familiares.

As experiências negras após a abolição da escravidão e ao longo das primeiras décadas do Brasil Republicano revelam os esforços cotidianos para a garantia de uma cidadania frente a um conjunto de práticas de políticos e proprietários de terras para controlar a mão de obra. Ednélia Souza (2016), por exemplo, destaca os arranjos de libertos no Recôncavo Baiano. A historiadora demonstra as estratégias de sobrevivência de libertos e descendentes para obter o acesso a terras na condição de rendeiros e meeiros. Para tanto, esses indivíduos foram obrigados a criar redes de proteção garantidas por relações de compadrio. A reprodução de uma estrutura socialmente hierárquica no pós-abolição possibilitou poucas alternativas para que os trabalhadores negros pudessem viver com dignidade, obrigando-os a criar táticas sofisticadas para combinar trabalho e liberdade.

Entretanto as experiências políticas negras nos primórdios da República brasileira não se restringiram às estratégias individuais de sobrevivência e negociação em um contexto de novas relações de trabalho, são inúmeros os casos de protagonismo de trabalhadores negros em mobilizações coletivas. Houve uma tendência da historiografia brasileira, num momento em que a questão racial ainda não tinha uma centralidade para pensar os movimentos sociais, de ignorar o papel das lideranças negras do operariado que se articulava nos principais centros urbanos. Se em São Paulo, a participação de

imigrantes foi destacada, no caso de cidades como Salvador e Rio de Janeiro, os historiadores enfatizaram o enfrentamento dos trabalhadores negros pertencentes a diferentes categorias profissionais. As representações de apatia política do trabalhador nacional e negro foram desconstruídas por pesquisas que investigaram a atuação desses sujeitos na organização de sindicatos e articulação de greves. A historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz (1998) retratou a participação de trabalhadores negros na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café na cidade do Rio de Janeiro, identificando ações que foram fundamentais para a conquista de direitos, como a limitação da jornada de trabalho. Assim, como em diferentes atividades profissionais daquele período, os trabalhadores negros tiveram que enfrentar o estigma de escravos, em um processo que os transformava em mão de obra de segunda classe. O conflito entre os trabalhadores portuários e os comerciantes de café, nesse sentido, revelou as tensões que emergiam a partir das diferenças de classe e de raça.

Nesse momento, ainda que o Estado brasileiro não tenha se empenhado na criação de políticas de inclusão dos libertos, a abolição da escravatura foi tratada como um marco para as lideranças negras que emergiam em diferentes partes do país. O 13 de maio, que hoje é questionado pelo ativismo negro, tinha uma simbologia muito forte entre a população negra no período da Primeira República. A data era sempre enfatizada por indivíduos e grupos como o evento de promoção de uma cidadania negra no Brasil. Martha de Abreu (2011), especialista em festas populares e suas dimensões políticas, e Carolina Dantas analisaram as festas da abolição, demonstrando como os festejos transcendiam a dimensão lúdica e se transformavam em espaços de reivindicação de direitos e afirmação de tradições. As historiadoras retratam bem a atuação de figuras negras como o político Monteiro Lopes e o músico Eduardo das Neves nas festas de aniversário da abolição, demonstrando como os dois capitalizavam os festejos para afirmar a inclusão dos negros na sociedade brasileira. Principalmente nos espaços urbanos, a celebração do fim da escravidão nas primeiras décadas do século XX foi interpretada por diferentes atores políticos e lideranças negras como o momento para questionar reordenação das hierarquias raciais que eram percebidas em diferentes esferas sociais.

Desse modo, a participação política dos negros como tema da historiografia brasileira passou pela reinterpretação de ação política, atribuída geralmente à grupos organizados politicamente como sindicatos e partidos políticos. À medida que eventos como as festas da abolição e as organizações carnavalescas passaram a ser tratados como manifestações políticas, foi possível identificar o repertório de estratégias mobilizadas pelos cidadãos negros que atuavam em um nível abaixo da superfície da “grande política”. Ao reconhecerem as demandas das populações negras que emergiam nesses eventos, as pesquisas históricas reforçaram os argumentos que confrontavam as representações dos negros como agentes inconscientes e anômicos durante

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

a República. As próprias elites brasileiras, ao reprimirem as manifestações culturais negras, não estavam somente preocupadas em eliminar o “atraso” das paisagens das cidades, tinham também a noção de que todo e qualquer elemento de matriz africana tinha o potencial de agrupar e politizar os cidadãos negros.

Racialização nos primórdios da república brasileira

Para além da produção que acompanhou a definição do lugar da população negra no momento de transição e as estratégias de afirmação de uma cidadania, os historiadores também trataram do processo de racialização da sociedade brasileira, reforçando a ideia de que durante a ascensão de uma ordem republicana se iniciou um processo de reestruturação de uma nova hierarquia. Se durante a escravidão, os africanos e seus descendentes tiveram as suas características físicas associadas ao trabalho forçado e ao trabalho livre precário, na nova ordem social se instaurou a noção de raça que passaria a ordenar as relações sociais e recriaria um espaço de marginalidade para a população negra. O fim da ordem escravocrata, sedimentada sobre uma relação de poder dos senhores sobre os cativos, obrigou as elites políticas brasileiras a criarem novos instrumentos de controle sobre as classes populares. A crença em raças superiores e inferiores entre humanos, que foi gestada ao longo do século XIX, atravessou a Primeira República brasileira e acabou afirmando uma desigualdade racial que persistiu ao longo dos anos.

A partir da análise das diferentes dimensões sociais do pós-abolição, alguns pesquisadores como Wlamyra Albuquerque (2009) observaram práticas sociais e políticas que se convergiram para a construção de uma nova hierarquia racial. Para a historiadora, a escravidão foi fundamental para constituição de uma cidadania de segunda classe para os negros brasileiros, porém foi a raça enquanto conceito biológico que garantiu a reprodução das desigualdades em um novo contexto. Albuquerque demonstra em sua obra as disputas simbólicas em torno da participação política dos negros, identificando nos discursos de alguns abolicionistas como Ruy Barbosa a preocupação em retirar o protagonismo dos negros no processo de abolição e em qualquer outro movimento que pudesse comprometer a rígida estrutura social brasileira. Para o político, a população negra, principalmente aquela que apoiava o Império, não tinha noção e dimensão das mudanças que haviam ocorrido com a abolição, era necessária a intervenção de figuras ilustradas para demonstrar os aspectos positivos de uma ordem republicana. Nos escritos de Barbosa, a população negra foi retratada como bárbara e incapaz de participar do processo de construção da República brasileira. Segundo Wlamira Albuquerque, o político interpretava o movimento abolicionista como uma mobilização de estadistas brasileiros, e não um movimento popular. Nesse sentido, os termos que determinariam a liberdade em uma ordem republicana seriam estabelecidos pelos brancos.

A preocupação de Ruy Barbosa em demarcar as fronteiras entre os que deveriam decidir o futuro da nação e aqueles que seriam submetidos no pós-abolição apenas deflagra uma das várias dimensões exploradas pela historiadora. As tentativas de submeter as classe populares, foram confrontadas por gestos políticos manifestados através da valorização de elementos associados a uma África imaginada que ajudaram a elaborar uma subjetividade negra na Bahia, resignificando os marcadores tradicionais que definiam uma inferioridade inata. Figuras como o rei Menelik, que havia derrotado os italianos em uma tentativa de ocupação da Abissínia, foram celebradas pela Embaixada Africana, que assim como outros grupos carnavalescos, construiu noções de liberdade e cidadania para os afrodescendentes daquele período.

A historiografia que tratou do processo de racialização, destacando as barreiras que se constituíram no período pós-abolição contou com a contribuição de historiadores estrangeiros, sobretudo estadunidenses interessados nas relações raciais brasileiras. Ainda que suas pesquisas tenham se restringido às experiências negras brasileiras, havia obviamente uma perspectiva comparativa com os Estados Unidos. George R. Andrews (1998), por exemplo, analisou 100 anos de relações raciais em São Paulo, partindo da abolição da escravidão e fechando com o centenário em 1988. O historiador, em *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*, claramente se propõe a fazer um diálogo com Florestan Fernandes (2008 [1959]), que publicou a pesquisa *Brancos e Negros em São Paulo*. Andrews dá grande destaque ao período da Primeira República, identificando na política de imigração e na formação do mercado de trabalho, um processo de marginalização dos negros. Nesse sentido, observou o rearranjo de uma hierarquia racial em São Paulo, reforçando o argumento de Florestan Fernandes de que práticas discriminatórias dos tempos da escravidão foram aplicadas aos negros, mas também demonstrando um novo repertório que resultaria na constituição do racismo brasileiro.

A partir de uma extensa análise de grandes companhias instaladas em São Paulo como a Light, o historiador identificou as barreiras impostas aos trabalhadores negros em um momento de competição com uma grande quantidade de trabalhadores europeus que “resolveria” o problema da disponibilidade de mão de obra e diluiria a influência das raças negra e indígena no país. Os projetos de uma nação majoritariamente branca, portanto, influenciavam políticas e as demais esferas sociais e marginalizavam os trabalhadores que não se enquadravam no perfil ideal. George Andrews demonstrou a concentração dos negros em trabalhos domésticos e informais, configurando uma subclasse. A Primeira República, em sua obra, aparece como o momento que determina um longo processo de subalternização da população no mercado de trabalho. No anos posteriores, ainda que a nacionalização do período Vargas propiciasse a entrada dos negros como trabalhadores nas indústrias e parcialmente na classe média, a tendência que

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

prevaleceu foi a dos obstáculos raciais que definiriam a acentuada desigualdade racial no Brasil.

Outra obra importante de um brasilianista para pensar o processo de racialização é *Freedom Given, Freedom Won* (1998), da historiadora Kim Butler. Um aspecto fundamental de sua pesquisa é a comparação entre as vivências negras nas cidades de Salvador e São Paulo. Butler demonstra como a proporção da população negra e a política de imigração, além de outras variáveis históricas, produziram dinâmicas distintas de relações raciais. A sua abordagem destaca, sobretudo, o modo como as organizações negras constituíram identidades políticas distintas, em São Paulo baseada na ideia de “raça preta” e em Salvador a partir da ideia de “cultura africana”. No caso dos negros paulistanos, com disputas no mercado de trabalho com os trabalhadores imigrantes, em um ambiente marcado de forma mais clara por discursos de diferença racial, as lideranças se articularam em espaços especificamente negros, mas com uma agenda integracionista. A integração não estava aberta para indivíduos negros, a mobilidade social seria encaminhada enquanto estratégia coletiva, a partir da atuação de organizações negras na esfera pública. No caso dos soteropolitanos, organizações de caráter secreto, como o candomblé, propiciaram a criação de redes nas quais predominavam valores diferentes dos valores dominantes daquela sociedade, assegurando espaços para a prática de culturas de matrizes africanas em uma cidade de maioria negra. Kim Butler, nesse sentido, acompanha o esforço de lideranças das duas cidades para confrontar políticas e estratégias elaboradas para marginalizar as populações negras.

No debate sobre o processo de racialização no Brasil, é importante mencionar também a perspectiva trabalhada pela historiadora Bárbara Weinstein (2015), que se ocupou com os projetos de branqueamento da elite paulista. Em *The color of modernity*, destaca como os ideólogos de São Paulo, mesmo antes da ascensão do estado como centro da economia brasileira, já concebiam em suas obras uma superioridade da civilização paulista. A operação de construção dessa narrativa passou pela celebração de uma identidade europeizada e a eliminação da escravidão e da presença de negros na história do estado. O caso paulista nos ajuda compreender a agenda de uma das elites brasileiras comprometidas com um projeto de nação branca, preenchendo uma lacuna importante nos estudos de relações raciais no país. Como bem explorado por Wlamyra Albuquerque, e detalhado por Bárbara Weinstein, a República emerge atravessada pela questão racial que define não somente “o lugar do negro”, mas também “o lugar do branco”.

Essas abordagens marcadas pela noção de racialização ou de formação de uma nova hierarquia racial foram, grande parte delas, baseadas em fontes produzidas pelas próprias organizações negras. Registros históricos, como os jornais da imprensa negra publicados em algumas cidades brasileiras, foram ignorados por um período longo de tempo, comprometendo a conservação e a organização de alguns acervos. No caso da imprensa negra paulista,

organizada pela antropóloga Miriam Nicolau Ferrara (1986) e o cientista político Michael Michell, a coleção contou com a contribuição de militantes negros e seus familiares que preservaram exemplares em condições não adequadas. Apesar da precariedade, os registros dos jornais publicados pelas lideranças negras a partir da década de 1910, possibilitaram a constituição de algumas experiências de uma classe ascendente negra nas cidades paulistas. A organização de clubes sociais e o debate sobre o preconceito de cor são dois elementos marcantes das publicações, revelando as práticas políticas do ativismo negro que se articulava naquele período.

A documentação foi analisada por diversos pesquisadores interessados em temas como identidade racial, discursos sobre a nação, o papel das mulheres negras nas entidades, a educação dos negros e o surgimento das primeiras organizações políticas. Os primeiros estudos na década de 1980, acompanhavam a emergência do movimento negro contemporâneo no Brasil, que denunciava a farsa da democracia racial. Nesse sentido, a imprensa negra na Primeira República foi retratada como a primeira geração de uma longa história do movimento negro no Brasil. Os historiadores examinaram os periódicos negros com o objetivo de compreender os discursos da militância das primeiras décadas do século XX para identificar uma agenda específica daquele período. Marina Pereira de Almeida Mello (2014), por exemplo, demonstrou como algumas lideranças do período reivindicaram uma brasilidade, muitas vezes marcada pela celebração de uma narrativa das “três raças”, para confrontar projetos de uma nação branca brasileira engendrada pelas políticas de imigração.

Historiadores como Petrônio Domingues e Flávio Gomes se empenharam em pesquisas que destacaram a atuação dessa primeira geração. Na obra *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição* (2004), Domingues faz uma análise densa das experiências negras registradas na imprensa negra paulista, dando destaque para as dimensões das relações de trabalho, do branqueamento e do próprio mundo dos negros a partir da perspectiva das lideranças negras. O historiador questiona a ideia de que em São Paulo houveram práticas discriminatórias contra os negros que configuraram um racismo velado – suposta característica do racismo brasileiro. Segundo ele, a experiência dos negros na cidade de São Paulo foi marcada por um racismo aberto e discursos de uma elite que acreditava na inferioridade negra. Assim, Domingues corrobora a ideia trabalhada pelos autores que estudaram o período de que houve um rearranjo das hierarquias raciais.

Petrônio Domingues, em colaboração com Flávio Gomes, também tem articulado outros pesquisadores para a produção de estudos sobre organizações políticas negras no pós-abolição. Parte do trabalho do historiador foi orientado pela expressão “segunda abolição”, cunhada pelo militante negro José Correia Leite para se referir à importância de retomada de um projeto de integração do negro à sociedade brasileira, interrompido pela Primeira República. Em *Experiências da emancipação* (2011), Petrônio

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

Domingues e Flávio Gomes articulam pesquisadores do pós-abolição e constroem uma história da política negra no Brasil. A atuação de intelectuais e a criação de organizações nos primeiros anos da República aparecem como um conjunto de práticas políticas, que apesar de utilizarem diferentes repertórios, retratam uma diversidade de respostas à utilização da raça para construção novas estruturas sociais hierarquizadas. Em diferentes partes do território brasileiro, as populações negras se engajaram em ações para promoção da integração racial. Os textos contidos na obra revelam os limites da abolição da escravidão no Brasil e os desafios enfrentados pelas organizações negras ao longo do século XX.

Entre os historiadores que contribuíram com a obra, podemos destacar a pesquisa de Maria das Graças de Andrade Leal, que analisa a trajetória do intelectual negro Manuel Querino. Este foi uma figura marcante na política baiana no pós-abolição, transitando entre o operariado e a classe de políticos e intelectuais da cidade de Salvador. Leal, assim como outros historiadores ocupados com o estudo de intelectuais negros, retrata as barreiras institucionais, informadas pelo racismo do período, que comprometeu a mobilidade dessas figuras. Um aspecto importante da trajetória de Querino, explorada pela autora, foi a crítica ao caráter civilizador da República Brasileira que passava pela eliminação da cultura de matriz africana. A revolta com os “valores republicanos” teve influência em sua análise histórica do Brasil, que ressaltou o papel do africano como o agente colonizador e civilizador da nação. Nesse sentido, Leal demonstra a ação de um intelectual que se insurgiu contra colegas e políticos que apoiaram ações de embranquecimento da sociedade brasileira.

O texto de Leal, publicado em *Experiências da emancipação*, é produto da sua pesquisa de doutorado, e acena para os estudos biográficos da intelectualidade negra. Essa tendência, de certa forma, representa o esforço do movimento negro e pesquisadores em repensar a linhagem do pensamento social brasileiro. O debate sobre as ações afirmativas no Brasil, na década passada, estimulou não somente estudos sobre as organizações políticas negras, mas também de intelectuais negros esquecidos e que foram importantes nos debates sobre a situação do negro no Brasil.

A biografia de Lima Barreto, por exemplo, escrita pela antropóloga Lilia Schwarcz (2017), é uma resposta ao debate sobre a possibilidade de existência de uma literatura negra no Brasil. A sua obra, assim como grande parte das biografias produzidas por historiadores e cientistas sociais, acompanha a trajetória do indivíduo sem, no entanto, deixar de fazer uma análise rigorosa do contexto. Lima Barreto, tanto em sua vivência quanto em sua literatura, revelou as contradições da Primeira República, que emergia sustentada pelo ideal de igualdade entre os cidadãos, mas incorporava o discurso raciológico que reduziria profundamente a participação política no país. A experiência de Lima Barreto, de um literato mulato que frequentava os círculos intelectuais, mas habitava uma região marcada por uma diversidade

dos segmentos populares, representou um modelo de ascensão social de intelectuais negros daquele período, marcada pelo patrocínio de um padrinho e, por outro lado, por um processo de marginalização orientado por códigos racializados que definiam o lugar de quem deveria exercer o poder.

A história dos movimentos negros

A grande maioria dos estudos sobre a trajetória das organizações negras no século XX surgiu na década de 1990. Alguns deles foram desenvolvidos com intuito de contar uma longa história do movimento negro, incorporando principalmente as mobilizações políticas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Pelotas. Regina Pahim Pinto (2013 [1992]), em *Movimento negro em São Paulo*, dedicou sua pesquisa à geração do ativismo negro da década de 1930, mas produziu uma narrativa que tinha como contraponto a geração de 1970. A socióloga dá grande destaque à organização da Frente Negra Brasileira, que surge a partir de 1931. Esta organização emerge como a primeira grande articulação de ativistas negros no pós-abolição em São Paulo. Pahim, assim como pesquisadores que se dedicaram aos fretenegrinos, ressalta o caráter nacionalista da organização, que era manifestação de uma agenda que questionava a imigração de trabalhadores e ressaltava a importância de valorização do elemento nacional, principalmente o trabalhador negro. O debate historiográfico sobre o movimento negro, de forma direta ou indireta, tendeu a comparar o discurso de assimilação à nação brasileira da Frente Negra na década de 1930 com o discurso da diferença cultural da geração que ascende com a articulação do Movimento Negro Unificado no final da década de 70.

Petrônio Domingues (2005), que refletiu sobre as diferenças geracionais, desenvolveu uma das pesquisas mais aprofundadas sobre a Frente Negra Brasileira. O historiador atribuiu a origem da organização às mobilizações anteriores na década de 1920, principalmente ao Centro Cívico Palmares de 1926. A capacidade de articulação das lideranças fretenegrinas, com destaque para os irmãos Isaltino e Arlindo Veiga do Santos, transcendeu os limites do estado de São Paulo com a criação de filiais e grupos homônimos em estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. A organização, assim como outras entidades políticas, deixou de funcionar com o golpe do Estado Novo em 1937. O caráter autoritário e nacionalista da Frente Negra Brasileira, que demonstrou grande simpatia por Getúlio Vargas, não foi suficiente para garantir a sua sobrevivência em um momento em que ensaiava a sua participação em eleições como um partido político negro.

Em *Nova Abolição*(2008) e *Experiências da Abolição*(2011), Domingues manifesta seu engajamento com a escrita de uma história do Movimento Negro. O historiador transcende a década de 1930 e acompanha outras organizações políticas importantes do ativismo negro no Brasil. É o caso, por exemplo, do Teatro Experimental Negro, criado em 1944 pelo intelectual e

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

ativista Abdias do Nascimento. Domingues apresenta um debate entre os especialistas no movimento negro brasileiro, que compara a Frente Negra Brasileira, que emergiu com uma agenda assimilacionista, com o Teatro Experimental, que se articulou em torno de um discurso integracionista. Enquanto os fretenegrinos defendiam a assimilação de uma cultura brasileira, sem necessariamente valorizar culturas de matrizes africanas, o Teatro Experimental do Negro passou a trabalhar com categorias como subjetividade e culturas negras. Nascimento, que contaria com o apoio de intelectuais negros como Guerreiro Ramos, não limitou a sua organização às atividades artísticas, mobilizou a intelectualidade e promoveu um debate amplo sobre a condição da população negra no Brasil. No Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, o grupo do TEN passa a questionar a identidade nacional mestiça, influenciada pelas leituras da negritude francesa. Os intelectuais negros não enfatizaram uma diferença cultural negra, mas problematizaram a ideia de democracia racial no Brasil.

A iniciativa de Petrônio Domingues de compreender o papel do movimento negro na História do Brasil foi acompanhada por outros pesquisadores preocupados com a diversidade de organizações políticas no ativismo negro. Entretanto, as narrativas sobre a linhagem histórica das organizações negras acabam dando um lugar especial à geração do Movimento Negro Unificado. Estudiosos como Amílcar Pereira (2013), por exemplo, dedicaram parte de suas pesquisas às organizações do período anterior aos anos 60 para montar um quadro histórico do movimento negro e compreender a ascensão da geração de 1980. Pereira em *O Mundo Negro*, além de observar o papel importante da imprensa negra de São Paulo e a atuação da União dos Homens de Cor na década de 1940, trabalha com a noção de Atlântico Negro, enfatizando o fato de que a militância negra brasileira fazia parte de um movimento amplo e internacional de lutas negras. Nesse sentido, é possível perceber como a ascensão do Movimento Negro Contemporâneo tem suas origens associadas a uma longa história da militância, mas também há referências importantes como o processo de descolonização no continente africano e o *Black Power* nos Estados Unidos que ajudaram a estruturar discursos de valorização da cultura negra e a denúncia do "mito da democracia racial" no Brasil.

Já Flavia Rios, partindo de uma análise que debate o Movimento Negro Contemporâneo, à luz da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, analisa as dinâmicas das organizações negras e o modo como ativistas ascenderam nas redes que se estabeleceram ao longo da década de 1980, formando uma geração de profissionais que atuaria em um contexto de promoção de políticas públicas para a população negra em nível federal. Um aspecto importante da pesquisa de Rios é a observação das trajetórias de ativistas negras na militância, que protagonizaram eventos importantes dos movimentos negros, como no caso da Conferência de Durban de 2001, que impulsionaria os programas de ações afirmativas no Brasil.

A ascensão do feminismo negro no Brasil, que caminhou paralelamente ao processo de democratização na década de 1980, despontou como um tema fundamental das relações raciais. Entretanto, apenas recentemente historiadores e cientistas sociais no Brasil passaram a se dedicar à compreensão das experiências das mulheres negras e à história de suas organizações políticas. O debate, marcado pela interseccionalidade entre raça, gênero e classe, se estrutura a partir de temas como o lugar social das mulheres negras no pós-abolição, a contribuição de intelectuais para a formação do pensamento do feminismo negro e a ascensão de organizações de mulheres negras ao longo da década de 1980, como foi o caso do Geledés. Pesquisadoras como Cláudia Pons Cardoso (2012) e Giovanna Xavier (2012) têm desempenhado um papel proeminente no desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres negras, apontando a profundidade das desigualdades da sociedade brasileira construídas historicamente, principalmente quando se cruzam as categorias gênero e raça.

Conclusão

O ponto de inflexão nos estudos sobre a população negra no período republicano foi o processo de democratização no Brasil, que despertou o interesse de historiadores pelas ações políticas dos segmentos populares. Nesse período o movimento negro brasileiro passou a se mobilizar a partir de uma outra agenda, que tinha como marca importante a denúncia do racismo à brasileira. A emergência da militância contemporânea durante a democratização estimulou o desenvolvimento de pesquisas sobre o pós-abolição no Brasil, que procurariam responder questões sobre a marginalização dos cidadãos negros e também analisar a linhagem de organizações políticas. As experiências negras ao longo da história republicana, incluindo a ascensão do movimento de mulheres, foram fundamentais para compreensão da função da raça na constituição das desigualdades sociais no Brasil.

Bibliografia

Abreu, Martha & Dantas, Carolina Vianna (2011). É chegada "a ocasião da negra bumar": comemorações da abolição, música e política na Primeira República", *Varia História*, v. 27, p. 97-120.

Albuquerque, Wlamyra R. de. (2009). *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

Andrews, George. (1998). *Negros e Brancos em São Paulo, 1888-1988*. Bauru, EDUSC.

Bastide, Roger & Fernandes, Florestan. (2008 [1959]). *Brancos e Negros em São Paulo*. São Paulo, Editora Global.

Butler, Kim D. (2008). *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilian in post-abolition, São Paulo and Salvador*. New Brunswick, Rutgers University Press.

Da segunda abolição ao fim da democracia racial: interpretações historiográficas sobre a presença do negro na história república do Brasil

Cardoso, Fernando Henrique. (1962). *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, DIFE.

Cardoso, Cláudia Pons. (2012). *Outras falas: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileira*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia.

Carone, Edgard. (1989). *Classes Sociais e Movimento Operário*. Ed. Ática, São Paulo.

Chalhoub, Sidney. (1990). *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras.

Costa, Emília Viotti da. (2012 [1966]). *Da Senzala à colônia*. São Paulo, Editora UNESP.

Cruz, Maria Cecília Velasco. (1998). *Virando o Jogo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Domingues, Petrônio & GOMES, Flávio dos Santos (Org.). (2011). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo, Summus Editorial.

_____. (2008). *A nova abolição*. São Paulo, Selo Negro.

_____. (2005). *A insurgência de ébano: a História da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese de Doutorado. Departamento de História da Universidade de São Paulo.

_____. (2004). *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento no São Paulo pós-abolição*. São Paulo, Senac.

Fernandes, Florestan.(2008 [1965]). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Editora Globo, Vol. I.

Ferrara, Miriam Nicolau (1986). *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH/USP.

Freitas, Taís Pereira de. (2017). *Mulheres negras na educação brasileira*. Curitiba, Editora Appris.

Freyre, Gilberto (2006 [1933]). *Casa Grande & Senzala*. São Paulo, Global Editora.

Ianni, Octávio. (1998 [1962]). *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo, Hucitec.

Machado, Maria Helena P. T. (1994). *O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro/ São Paulo, Editoria da UFRJ/ Editora da Universidade de São Paulo.

Mattos, Hebe. (1995). *Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, séc. XIX)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

Mello, Marina P. A. (2014). *Não somos africanos, somos brasileiros Identidade nos jornais do povo negro e dos imigrantes*. São Paulo, Annablume.

Moura, Clóvis. (1988 [1959]). *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto.

Pereira, Amilcar Araujo. (2013). *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas/FAPERJ.

Pinto, Regina Pahim. (2013 [1992]). *Movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa, UEPG/Fundação Carlos Chagas.

Rios, Flávia Mateus (2014). *Elite Política Negra no Brasil (1978-2002)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Schwarcz, Lilia Moritz (2017). *Lima Barreto triste visionário*. São Paulo, Companhia das Letras.

Souza, Ednélia Maria Oliveira. (2016). *Travessias e tramas: fragmentos da vida de africanos e afro-brasileiros no pós-abolição - Bahia (1888-1930)*. Salvador, EDUNEB.

Weinstein, Bárbara. (2015). *The Color of modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*. Durham, Duke University Press.

Xavier, Giovana; Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio (org.). (2012). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo, Selo Negro.

Recibido con pedido de publicación 01/12/2017

Aceptado para publicación 30/03/2018

Versión definitiva 10/04/2018